



Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Centro Desportivo - CEDUFOP
Licenciatura em Educação Física



Monografia

A Influência dos jogos no processo inclusivo de pessoas com deficiência física

Edwilson Lemos Pereira

OURO PRETO, MG

2017

Edwilson Lemos Pereira

A Influência dos jogos no processo inclusivo de pessoas com deficiência física

Trabalho de conclusão de curso apresentado à disciplina de Seminário de TCC(EFD-380) do curso de Educação Física - Licenciatura da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a avaliação da mesma.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ernesto Antonelli

OURO PRETO, MG

2017

P436i

Pereira, Edwilson Lemos.

A Influência dos jogos no processo inclusivo de pessoas com deficiência física [manuscrito] / Edwilson Lemos Pereira. • 2017.

45F:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ernesto Antonelli.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Centro Desportivo da UFOP. Departamento de Educação Física.

I. Educação Física. 2. Inclusão. 3. APAE. 4. Jogos Cooperativos. 5. Deficiência física. I. Antonelli, Paulo Ernesto. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 376



ATA DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO INTITULADO:

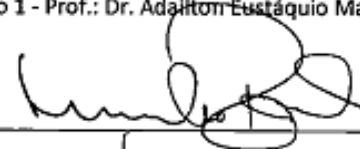
A Influência dos jogos no processo de inclusão de pessoas com deficiência física.

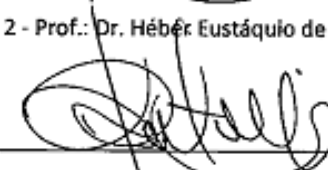
Aos 08 dias do mês de Agosto do ano de 2017, na sala 105 da Universidade Federal de Ouro Preto, reuniram-se os membros da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) estudante Edwilson Lemos Pereira orientado pelo Prof.Dr. Paulo Ernesto Antonelli. A defesa iniciou-se pela apresentação oral feita pelo estudante, seguida da arguição pelos membros da banca. Ao final, os membros da banca examinadora reuniram-se e decidiram por Aprovar o (a) estudante.

A média final foi de: (nota da defesa 5,5 + nota da disciplina: 34,5) = total de pontos 8,6.

Banca examinadora:


Membro 1 - Prof.: Dr. Adailton Eustáquio Magalhães


Membro 2 - Prof.: Dr. Héber Eustáquio de Paula


Orientador - Prof.: Dr. Paulo Ernesto Antonelli

Dedico esse trabalho aos meus pais e familiares

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por aumentar minha força de vontade e me dar energia para conseguir superar todas as dificuldades.

Aos meus pais, Wilson Lemos e Maria Assima, minha avó dona Gildete, meu irmão Bruno Pereira da Encarnação, meus familiares pelo apoio incondicional.

Aos meus amigos de Ouro Preto, da Educação Física e da Republica Casaca.

Agradeço a todos os professores do curso de Educação Física que acreditaram em meu potencial, até mesmo quando nem eu mesmo acreditava.

A minha namorada Joyce pelo apoio e motivação.

Aos meus amigos da ECT e de Belo Horizonte, a todos meus amigos em geral.

Ao meu professor orientador Dr Paulo Ernesto Antonelli, por transmitir todo seu conhecimento e ser um exemplo de pessoa a ser seguido.

As APAE's que abriram as portas e me forneceu as ferramentas necessárias para realização do trabalho, e permitir que fosse mostrado que nem tudo esta perdido ainda existe coisas boas nesse cenário reverso.

RESUMO

Esse estudo objetivou abordar as dificuldades de pessoas com deficiência no processo da inclusão na sociedade, utilizando a escola como conduto facilitador nesse processo. Para inclusão dessa população é necessário ir muito além da infraestrutura da escola, é importante também dispor de uma equipe multidisciplinar como: médicos, psicólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais entre outros, e, apoiar não somente o aluno mais a família do mesmo. O estudo também buscou abordar um pouco sobre o funcionamento das APAE's e o bom funcionamento da mesma na educação e inclusão dessas pessoas, bem como, modos da sua manutenção. Por outro lado, aborda a Educação Física na escola a partir da óptica, geralmente muito competitiva, excluindo os alunos com menor aptidão. Diante desse cenário multifacetado, esse trabalho utiliza como sugestão a aplicação dos jogos cooperativos no primeiro momento para integração, buscando gerar a cooperação entre os alunos, mostrando que o outro também importante e com isso, abrir caminho para outras atividades, revelando ao aluno que o importante é apreender o conteúdo não vencer a todo custo, e seu colega também é importante e tem o mesmo direito a participar das atividades. Utilizou-se como ferramenta metodológica a revisão de literatura que, foi enriquecida com visitas de observação na APAE do Município de Ouro Branco-MG., e também, análises de vídeos sobre o funcionamento e operacionalização de escolas que cuidam das populações com deficiências.

Palavras-chaves: Educação Física; Escola; Deficiência; Inclusão; APAE; Jogos Cooperativos.

ABSTRACT

This study aimed to address the difficulties of people with disabilities in the process of inclusion in society, using the school as facilitating conduit in this process. To include this population it is necessary to go far beyond the school infrastructure, it is also important to have a multidisciplinary team such as: doctors, psychologists, pedagogues, occupational therapists among others, and, not only support the student plus the family of the same. The study also sought to address a little about the functioning of APAE's and the proper functioning of APAE in the education and inclusion of these people, as well as ways of maintaining them. On the other hand, it approaches the Physical Education in the school from the optic, generally very competitive, excluding the students with less aptitude. Given this multi-faceted scenario, this work uses as a suggestion the application of cooperative games in the first moment for integration, seeking to generate cooperation among students, showing that the other also important and with that, open the way to other activities, revealing to the student that the Important is to grasp the content does not win at all costs, and your colleague is also important and has the same right to participate in the activities. The literature review was used as a methodological tool, which was enriched with observation visits at the APAE of the Municipality of OuroBranco-MG, as well as video analysis on the functioning and operationalization of schools that care for the population with disabilities.

Keywords: Physical Education; School; Deficiency; Inclusion; APAE; Cooperative Games.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE..... Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

FENAPES..... Federação Nacional das APAEs

EJA..... Educação de Jovens e Adultos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivo Geral	10
1.2 Objetivos Específicos	10
2. JUSTIFICATIVA	11
3. METODOLOGIA	12
4. DESENVOLVIMENTO	13
4.1 Inclusão e as pessoas com deficiência	13
4.2 A escola e as pessoas com deficiência	15
4.2.1 A escola em geral	15
4.2.2 O ambiente escolar APAE	21
4.3 Os jogos na escola	22
4.3.2 Jogos competitivos nas escolas	23
4.3.3 Jogos cooperativos na escola	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	33
ANEXOS	36

1. INTRODUÇÃO

Observando as estruturas físicas, logísticas e arquitetônicas no ambiente urbano, e nos edifícios de modo geral, podem-se perceber diversas ausências de elementos que devem facilitar e promover acessibilidade, como por exemplo: subidas sem rampa de acesso, banheiro sem a devida identificação, estacionamento exclusivo, ausência de piso antiderrapante, identificação em braile, entre outros.

Diante de todas essas dificuldades, identifica-se o preconceito em relação as pessoas com deficiência nos mais diversos ambientes. A partir dessas constatações, esse trabalho procura abordar o tema inclusão no ambiente escolar das pessoas com deficiência física, no intuito de favorecer a socialização e cooperação através das propostas de trabalho na área da Educação Física.

“Historicamente, no Brasil, as pessoas com deficiência, têm sido triplamente excluídas da sociedade: pela deficiência, pelo preconceito e pela pobreza”(SÁ e RABINOVICH, 2006,p.69).

“A Educação Física é também parte do processo educativo, devendo engajar-se no trabalho transformador, reconhecendo que o homem vive costumes, tradições e que pertence uma classe social da qual recebe valores e influências” (SOARES,2009, p.121).

Para (FAUSTO *et al.*, 2009, p.244):

Para o resgate desses alunos em situação de exclusão, é preciso estabelecer ações e um convívio mais amplo e respeitoso, não permitindo que sejam constrangidos por ações ou situações que inviabilizem sua possibilidade de sucesso na execução das atividades ou na obtenção dos objetivos estabelecidos.

Assim, o estudo aqui descrito compõe-se das seguintes partes: no primeiro capítulo aborda-se a inclusão e as pessoas com deficiência, relatando muito especialmente, as dificuldades / obstáculos para o cumprimento desse pressuposto, e, situações de exclusão das pessoas com deficiências.

O capítulo segundo procura-se desenhar a escola e as pessoas com deficiência, informando as dificuldades em lidar com esse público, as estruturas das escolas públicas e o ambiente escolar da APAE.

Já no Capítulo três, ancoram-se os jogos na escola, sublinhando a importância e influência dos jogos em geral, e, sobretudo, destacando os jogos cooperativos e competitivos como sendo ricos em contribuições para o crescimento e desenvolvimento do ser humano.

O quarto capítulo relata a atuação dos professores de educação física e as pessoas com deficiência destacando as estratégias para socialização dos alunos, sugestões de utilização dos jogos cooperativos como sendo possível propulsor no processo da inclusão.

O capítulo cinco relata as possíveis dificuldades no ambiente familiar de pessoas com deficiência destacando a relação família pessoa com deficiência, escola e família.

Por último elaborou-se as considerações finais e também as sugestões para possível continuidade da presente pesquisa, entendendo que o tema ainda merece aprofundamento de estudos dado a relevância do mesmo.

1.1 Objetivo Geral

Incentivar a inclusão das pessoas com deficiência a partir da participação ativa e permanente no contexto escolar, onde, a Educação Física deve exercer papel de significativa cooperação no crescimento e desenvolvimento do ser humano.

1.2 Objetivos Específicos

- ✓ Estimular a participação das pessoas com deficiência através da escola.
- ✓ Tornar as aulas de Educação Física escolar mais acessível a essa população.
- ✓ Utilizar os jogos cooperativos como propulsor da inclusão dos alunos.

2. JUSTIFICATIVA

Nota-se em nossa sociedade a grande dificuldade de pessoas com deficiência física, muito especialmente, no aspecto da inclusão e interação com as outras pessoas, muitas vezes por preconceito ou vergonha. Nessa dimensão, parece que a escola em geral não está preparada para receber esse público, surgindo nesse cenário as APAE's que, conseguem realizar formidável trabalho com quadro multiprofissional para atender essa demanda.

Nesse cenário, observa-se a necessidade de evolução, principalmente nas escolas de modo geral, encontrando-se aí, também, a Educação Física escolar que, de acordo com estudos já explicitados e debatidos, deixa a impressão de ser muito exclusiva selecionando os alunos mais habilidosos e deixando os alunos com dificuldades nas atividades de fora da atividade, e os com deficiência às vezes nem mesmo participa das aulas.

Nesse sentido, esse trabalho sugere a inserção dos alunos nas aulas de Educação Física, a partir, sobretudo, dos jogos cooperativos em um primeiro momento de intervenções, a fim de criar um sentimento positivo nos demais alunos e favorecer a inclusão das mesmas nas demais atividades.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho foi configurado amparado pela metodologia de revisão de literatura, de acordo com (MENDES, SILVEIRA e GALVÃO2008, p.763):“É um trabalho de extrema importância já que produz impacto devido ao acúmulo do conhecimento existente sobre a temática pesquisada.”

Entendendo-se a necessidade de se abranger visão além de local e dos poucos recursos financeiros como suporte e garantia do processo educacional. Assim, procurou-se a leitura e estudo de: artigos, livros e documentários em vídeos, com o objetivo de apropriar conhecimento da situação atual dessa população. A partir daí organizou-se uma busca por conteúdos que também tratassem do processo de inclusão, e, o que poderia ser da responsabilidade do profissional da Educação Física.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 Inclusão e as pessoas com deficiência

Nota-se na nossa sociedade muita dificuldade em se manter uma relação mais adequada e saudável entre sociedade e pessoas com deficiências, não importando a qual deficiência se pode referir. Nessa linha de pensamento (FAUSTO *et al.*, 2009, p.247), afirmam:

A sociedade tende a rejeitar, a não ver e até mesmo a excluir situações, ações incluindo-se pessoas, que se apresentem diferentes daqueles aspectos colocados como “normais”, como socialmente aceitos. Contudo, considerando a relação dialética escola-sociedade, é na escola que se inicia a educação para a aderência e aceitação, ao longo da vida, das diferenças, do entendimento das desigualdades. Portanto, muitas vezes fica difícil compreender porque se tem uma ação, em geral, contrária ao discurso.

Concordando com o autor pode-se dizer que pessoas são desprezadas pela sociedade, pelo simples fato de possuir uma diferença física em relação as pessoas ditas “normais”.

Na trajetória da vida nota-se muito preconceito em seu caminho, o mesmo ocorre até mesmo dentro de casa, familiares os isolam das atividades, até os pais indiretamente acaba os excluindo a fim de “protegê-los”.

De acordo com Santos e Moreira (2008, p.70):

Historicamente, a dialética exclusão/inclusão vem galgando caminhos tortuosos e modificando-se de acordo com a sua época. Desta maneira, pode-se constatar a formação de diversos grupos de excluídos que se modificam a cada dia e compõem uma série de movimentos em favor dos direitos sociais e de participação, buscando minimizar as exclusões que podem ser percebidas nitidamente em muitas situações, de forma velada em outras e muitas vezes até mesmo mascarada.

Ao concordar com o autor, observa-se na sociedade vigente que, cada vez mais surge fragmentos de discriminação, e tendo sua presença em determinadas situações ignoradas, reforçando a questão da exclusão Nascimento; Scapim e Silveira (2010, p. 56), destacam:

Os alunos portadores de deficiências não se sentem pertencentes ao grupo apenas pela proximidade. É necessário ainda que haja uma identificação com este grupo, percebendo-se como semelhante e possibilitando assim a diminuição do preconceito e o aumento da autoestima.

Se a exclusão pode se iniciar em casa, quando começa a olhar no âmbito social, a mesma se expande de maneira alarmante, por exemplo, pessoas no comércio olham com

desprezo, como se a pessoa por possui alguma deficiência iria lhe cometer algum mal, ou como se fosse contagioso fosse transmitir alguma doença para a pessoa.

Segundo (SOLER, 2003,p.55): “Numa sociedade como a nossa, capitalista, na qual são exigidas a eficiência e a produtividade, não ser eficiente é ser deixado de lado.” Fica evidente a necessidade de revisão do pensamento, pois vivemos em uma sociedade, e devemos no mínimo respeito aos nossos semelhantes, até porque fazer o bem não faz mal e não custa absolutamente nada.

Entende-se então que, para alcançar a inclusão precisa-se de uma contribuição mais expressiva de cada um, para tal, necessita-se reduzir o preconceito com o outro, manter um ambiente favorável para interação social das pessoas com todos.

Concordando com esse pensamento Ferreira (1993, apudFAUSTO *et al.*, 2009 p.246) enfatizam:

A inclusão acontece quando envolvemos dinamismo, mudamos atitudes e refletimos sobre problemas relacionados à escola e a sociedade. Acontece quando inserimos, não apenas um ou outro indivíduo, mas sim com todas as pessoas de modo igualitário, pois vivemos em uma sociedade e não isolados uns dos outros. Deste modo, uma sociedade inclusiva é aquela em que todas as pessoas têm oportunidades de ser e estar inseridas socialmente de forma efetivamente participativa.

Essa dificuldade se estende a escola, e a Educação Física escolar na maioria das vezes parece cometer a exclusão do aluno devido a deficiência física do mesmo, a escola prega em sua grande maioria a competição excluindo os perdedores os deixando excluídos na maioria das atividades. Segundo Soler (2003, p.23): “Competição: é um processo de interação social, em que os objetivos são mutuamente exclusivos, as ações são isoladas ou em oposição uma às outras e os benefícios são concentrados somente para alguns”.

Assim entendemos que a Educação Física no ambiente escolar ainda que involuntariamente em sua maioria contemple mais a presença do mais apto, excluindo os menos aptos, e, os com dificuldades motoras em relação aos outros alunos, a Educação Física escolar em sua maior parte é exclusiva. Araujo, Duarte e Silva (2004, p.8): “A inclusão é o resultado da soma de oportunidades bem sucedidas que são possibilitadas a qualquer cidadão e não somente dos decretos, sem oportunizar e aos meios para superar os desafios que promovam seu desenvolvimento”.

A exclusão chegou a um ponto tão alarmante, que já existem leis a fim de reduzi-la, como é o caso da LEI 13.146 (BRASIL, 2015 art.1º):

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Essa Lei citada acima se torna na teoria a educação escolar referenciando o modelo ideal, entretanto, identifica-se que não é seguida na íntegra, pois o Estado não fornece condições necessárias para que isso ocorra. Deve-se, pois, sublinhar que, já é um bom início por ter uma lei apontando preocupações com essa situação. A lei cita em diversos parágrafos a palavra inclusão, além de discorrer também sobre as infraestruturas em geral.

4.2 A escola e as pessoas com deficiência

A escola tem um papel importante no cuidado dessas pessoas, ela é o agente formador, entre os mais diversos papéis temos o de facilitador do processo inclusivo.

Nesse sentido, a LEI 13146(BRASIL,2015 art.27°), afirma que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Conforme o disposto legal percebe-se que a escola tem por obrigatoriedade influenciar positivamente na inclusão dessas pessoas.

4.2.1 A escola em geral

Entretanto, ao longo dos estudos e leituras que foram realizadas, sentiu-se uma lacuna com acenos para a história. Por isso, ancorou-se no artigo; Chicon, José Francisco. "Inclusão e exclusão no contexto da educação física escolar." *Movimento* 14.1 (2008), pensamentos bastante informativos e enriquecedores, determinando que as argumentações dessa dimensão fosse, em nosso entender, capaz de corroborar, e, de certo modo, ampliar os horizontes da Educação Física com vistas as ausências percebidas anteriormente.

A Educação Física foi impulsionada no século XVIII, com os movimentos ginásticos (alemão, sueco e francês) e com movimento esportivo inglês. Nesse sentido, concordando com Chicon (2008, p.14), pode-se observar nas afirmações infra mencionadas que:

Esse processo deu-se num momento histórico de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais, e com elas relaciona-se, sofrendo também a influência do novo pensamento pedagógico do século XVIII, com o advento dos chamados educadores naturalistas e filantrópicos.

Esse novo pensamento pedagógico favoreceu a criação das escolas de ginásticas na forma de associação livre, e já havia uma pressão para a escola incluisse a mesma em sua matriz curricular. De igual modo, confirmada por Chicon (2008, p.14): “A pressão para que isso ocorresse, dá-se pelo desenvolvimento das Escolas de Ginástica, que passam a exigir a ginástica no ensino formal”.

Com o pensamento de incluir a Educação Física na grade curricular da escola, é necessária uma sistematização do ensino de acordo ainda com o autor em tela:

Assim, existe a necessidade de sistematizar esse conhecimento, as práticas corporais, as atividades físicas, de acordo com as características peculiares da instituição escolar, uma vez que as propostas até então elaboradas referiam-se a outros âmbitos que não a escola.

No entanto percebe-se que a Educação Física, não tinha como objetivo promover a inclusão, e sim manter corpos saudáveis para o trabalho, exercita a intenção era utilizá-la como propulsor da saúde e fortalecimento das pessoas na produção auxiliando o país a desenvolver, como visto na citação de Chicon (2008, p.15):

Dessa maneira, a Educação Física ministrada na escola começou a ser vista como importante instrumento de aprimoramento físico dos indivíduos que, “fortalecidos” pelo exercício corporal, que em si gera saúde, estariam mais aptos para contribuir com a grandeza da indústria nascente, dos exércitos, assim como com a prosperidade da Pátria.

Ela mostrava-se deficitária com pouco referencial de treino, e sem planejamento, desconsiderava as diferenças com isso desde o início a Educação Física, era exclusiva, conforme se observa nas afirmações adiante do mesmo autor:

Esses métodos ginásticos, quando colocados em prática pelo instrutor (professor), tratavam todos os participantes das sessões de forma igual (homogênea), estereotipada, com a mesma intensidade, tendo os alunos que repetir os gestos mecânicos dele, desconsiderando as diferenças e necessidades de cada um.

Chicon (2008, p.15 apud FERREIRA NETO, 1999, p. 63-64): “O processo de ensino das lições de Educação Física exigia do instrutor a exposição oral e demonstração minuciosa e da classe, imitação precisa”.

Nota-se que a Europa teve papel fundamental, na difusão e desenvolvimento da Educação Física pelo mundo, e com grande influência militares na escola.

A Educação Física no Brasil, teve como objetivo de preparar corpos saudáveis, para atividades específicas na produção, confirmado por Chicon(2008,p.17): “A Educação Física, no âmbito dessas preocupações, surge como instrumento ideal para forjar indivíduos saudáveis e úteis para ocupar funções específicas na produção”.

A Educação Física para mulheres eram voltadas para afazeres domésticos e para cuidar do lar, a deficiência na época era vista como doença, para Chicon(2008, p.17):

Esse pensamento normativo, disciplinador e moral teve papel determinante nas primeiras sistematizações sobre a ginástica, sobre a “educação física” dos indivíduos. E, também, influenciou de forma decisiva, para que as pessoas com necessidades educacionais especiais (NEEs) fossem concebidas como doentes, que precisam ser curadas, habilitadas e preparadas, para só então participar da vida em sociedade, devendo, nesse meio tempo, receber atendimento em instituições segregadoras, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), instituições educacionais para surdos-mudos e cegos, dentre outras, caracterizando o modelo médico da deficiência, que imputa, até hoje, a marca da subnormalidade às pessoas com deficiência.

Conforme relato do autor citado acima, vemos que a exclusão das pessoas com deficiência era muito elevada, as mesmas eram coibidas de realizarem atividades físicas, tendo uma exclusão pelo próprio ambiente escolar, desvalorizando o ser humano ali presente, os professores de Educação Física eram formados pela escola do exército com o pensamento em formar soldados, em época marcada por guerras, o exército visava o condicionamento físico, com isso levava a exclusão a partir dos formadores do conhecimento os profissionais de Educação Física, sendo bem caracterizado por Chicon (2008,p.18):

Sendo a Escola de Educação Física do Exército o principal agente formador de professores de Educação Física na época, depreende-se que os professores formados com base nessa concepção colocavam-na em prática, nas aulas de Educação Física realizada no contexto escolar não aceitando alunos com NEEs e deixando à margem os alunos menos habilitados ou aptos. Práticas que, por sinal, se arrastam até os dias atuais. Em 30 de junho de 1931, a Portaria nº 70, do ministro Francisco Campos, recomendava para a Educação Física, a adoção das normas diretrizes do Centro de Educação Física do Exército, baseadas no Método Francês,

adotada pelas Forças Armadas brasileiras desde 1921. Esse seria o método oficialmente adotado nas escolas brasileiras, perdurando, de acordo com Betti (1991), até próximo aos anos de 1960. Em cada série, foram estabelecidos objetivos específicos, quase todos de cunho fisiológico.

Na década de 1970, o Brasil teve um grande impulso na área esportiva com a copa do mundo de 1970, a Educação Física tinha uma grande tendência tecnicista na época, continuando a excluir os menos aptos e os deficientes físicos concordando conforme relata o autor:

O esporte determina, dessa forma, o conteúdo de ensino da Educação Física, a relação professor-aluno, que passa da relação professor-instrutor e aluno-recruta para a de professor-treinador e aluno-atleta, e a orientação nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, princípios esses também defendidos pela Pedagogia Tecnicista muito difundida no Brasil, na década de 1970.

Continuando o seu raciocínio, identifica-se:

Pelo exposto até o momento, é possível perceber que os métodos de ensino utilizados na Educação Física (método ginástico e desporto performance), todos voltados, predominantemente, para o “fazer”, com uma concepção de homem/corpo orientada para a eugenia da raça, numa perspectiva biológica, a-histórica e acrítica, seguindo princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, não favoreciam a inclusão daquelas pessoas que apresentavam pouca habilidade motora e as que apresentavam algum tipo de incapacidade/deficiência.

A partir desse momento notamos um aumento da preocupação e inclusão dessas pessoas na Educação Física, é lógico que ainda estava longe do ideal mais já indicava que começaria a haver mudanças positivas no cenário negativo, de alta exclusão por parte da escola, na década de 1980 houve uma mudança favorável para essa população como observado em Chicon (2008, p.24):

Na Educação Especial a década de 1980, especialmente em 1981, é marcada com a promulgação, pelas Nações Unidas, do Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência, que culminou com a criação de setores específicos para cuidar dessa questão nos ministérios públicos de vários países.

Em 1988, criaram-se a constituição de 1988, que constitui de diversos direitos e deveres do cidadão brasileiro, inclusive os da área de educação, conforme observado em Chicon (2008, p.25):

Como resultado desse processo, a Constituição Federal brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, que registrou o direito público subjetivo à educação de todos os brasileiros, inclusive os que apresentam NEEs, estes preferencialmente na rede regular de ensino, a questão das políticas públicas a elas destinadas tornou-se mais presente em diferentes espaços da legislação educacional da União, Estados e Municípios. As novas constituições estaduais e as leis orgânicas municipais reproduziram ou ampliaram as referências à Educação Especial.

Continuando o raciocínio do autor em tela percebe-se que:

A Lei no. 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre as pessoas com NEEs, reafirmou a obrigatoriedade da oferta da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino; a “[...] matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas [com NEEs] capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”; e definiu como crime o ato de “[...] recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de alunos em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados das [necessidades educacionais] que porta”. O decreto que regulamenta a Lei, publicado dez anos depois (Decreto no. 3.298, de 20/12/1999).

Com base no relato do autor acima, e nos conhecimentos coletados na história da Educação Física nota-se um ambiente desfavorável desde o início da história da Educação Física, com pequenas melhoras ocorrendo ao longo do tempo.

O ambiente escolar possui além de brincadeiras de mau gosto, exclusão pelos alunos e até os próprios professores nas aulas de Educação Física, isso pode gerar um sentimento de incapacidade ao aluno trazendo a ele diversos problemas além da inclusão como depressão, ansiedade, doenças silenciosas que podem gerar mal maior como violência e em casos extremos até mesmo suicídio. Segundo Pereira e Moreira (2008, p. 75):

A Educação Física carrega consigo marcas de uma história excludente. “Já foi vista como meio para preparar a juventude para a defesa da nação, fortalecer o trabalhador ou buscar novos talentos esportivos que representem a pátria internacionalmente.” Percebemos no estudo citado acima, que o intuito inicial da Educação Física não era para ser abrangida a todos mais sim aos que possuía alguma qualidade relativa ao esporte.

Nota-se que as maiorias das escolas do ensino público não possuem as instalações necessárias para atendimento de todas as pessoas, temos como exemplo o auxílio a um deficiente visual ou auditivo fica precário pelo fato de em grande parte não possuir estrutura e profissionais competentes para tanto. Apesar da Lei, 13.146 (BRASIL, 2015), ter o caráter

inclusivo a mesma deixa brechas para exclusão Lei 13.146 (BRASIL, 2015 Art.28): “IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”.

A Lei citada acima no final do IV parágrafo, ao falar em escolas inclusivas, acaba por si só dizendo que nem todas as escolas são inclusas, mesmo dizendo que é dever de todas as escolas trabalhar a inclusão.

É possível reparar essa realidade na pesquisa realizada por (FAUSTO *et al.*, 2009 p.251):

O resultado de atividades inclusivas foi pouco, entre as cinco escolas pesquisadas, apenas duas mostravam algum interesse sobre o aluno com dificuldades e, portanto suas atividades não causavam efeito algum sobre o aluno. Pose-se observar em várias aulas que os alunos que não eram escolhidos ou se encontravam numa condição desfavorável a participação da atividade apresentada, eram encaminhados para outra quadra e deixados ali sem nenhuma atenção.

Observando as escolas públicas da rede estadual em livros, artigos e visitas reparamos que as escolas não são iguais se comparamos épocas, melhorou e muito já possuem rampas de acesso, banheiros identificados e adaptados, porem ainda não temos profissionais capacitados em atender a demanda em sala de aula, tornando difícil a educação dos mesmos, estando ainda distante de ser a escola pública sonha para todos

Conforme pesquisa realizada por (FAUSTO *et al.*, 2009, p.249):

No geral as escolas particulares apresentaram maiores recursos para lidar com os alunos no caso de inclusão, de pessoas com deficiência. Nas escolas públicas deste estudo, não foi observado ações de inclusão com alunos com deficiência. Os alunos que assim são caracterizados fazem atividades extras em sala.

A escola sempre tem que ser inclusiva, pois ela forma cidadão não atleta, a escola pode até trabalhar com alto rendimento é legal realizar esse tipo de trabalho porem em atividade extraclasse, no ambiente escolar tem que priorizar a inclusão, para atividade ser trabalhada e aproveitada por todos.

A inclusão tem que ser trabalhada constantemente nas escolas, pois a sociedade sempre ta criando novos conceitos, e trabalhamos esses conceitos com nossos alunos visando o processo incluso, estaremos sempre contribuindo para tornar nossa sociedade melhor.

Segundo Pereira e Moreira (2008, p. 71):

Constata-se então que a inclusão é o processo que vem sendo construído ao longo do tempo, variando conforme suas implicações e necessidades, e não o estado. Não

existe um estado de inclusão permanente. Toda inclusão é sempre temporária e precisa ser revista de maneira contínua para evitar que os processos e mecanismos de exclusão social retornem.

Apesar de a inclusão ser considerada temporária pelo autor acima citado, ela pode ser praticamente contínua, pois se fizemos um trabalho de inclusão com as crianças as mesmas vão se acostumar a trabalhar a inclusão pelo inconsciente da pessoa, podemos comparar com as nossas leis que nos ensina desde novo a não cometer atos ilícitos, como roubo, agressão entre outros delitos, o que ocorre nesse caso não extingue mais a margem comparada a grosso modo com a população é relativamente, acredito que se houver um bom trabalho no ambiente escolar teremos um processo de inclusão contínuo na sociedade.

4.2.2 O ambiente escolar APAE

Porém, há também projetos de escolas configuradas para o atendimento das diferenças mais limitantes às pessoas, que é o caso das APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Infelizmente nem todos os municípios possuem APAES algumas ficam em bairros muito distantes, dentro disso vale ressaltar a importância de se ter escolas públicas de boa qualidade, e que tenha estrutura para atender a essa população.

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente, atualmente, em mais de dois mil municípios em todo o território nacional.

Através de pesquisas em vídeos de reuniões e visitas as APAES para conhecimento do funcionamento, notou-se que a mesma funciona com multi profissionais, estando aí presentes: psicólogos, fisioterapeutas, terapia ocupacional, psicopedagogo, fonoaudiologista, e, professores de Educação Física.

Possui uma estrutura para atender a todos os públicos, e as diversas deficiências, as salas de aulas não possui mais de 15 alunos e as aulas são realizadas conforme a deficiência e necessidade de cada um.

No universo de um país que é o quinto em extensão territorial do planeta, pode-se dizer que existem poucas APAES, mais de duas mil em todo território nacional. As mesmas sobrevivem de recursos provindos do Governo Federal, Estadual e do Município, mais doações externas. Os recursos são via regra geral, fica assim partilhado; parte do mesmo é da

responsabilidade do Governo Federal (Espécie), O Estado por sua vez, vem garantindo a permanência de professores, e o Município – (Professores, merenda e poucos recursos financeiros), No que se refere ao meio externo, conta-se com a voluntariedade das pessoas, bem como, das doações.

A maior parte delas possui os ensinamentos da Educação Infantil, fundamental e EJA. Os profissionais das APAES não se restringem aos alunos das APAES, eles também atendem alunos oriundos das escolas públicas que necessitem de tratamento com um desses profissionais. Possui área jurídica, que auxilia na defesa dos direitos, como por exemplo, separação dos pais.

Ela é regida pela diretoria executiva e conselho fiscal esse formado exclusivamente por voluntários, possui currículo adaptado a necessidade de cada criança, tem como principal característica além de educacional, realizar a inclusão dos alunos na sociedade muitas delas possui parceria com empresas e os inserem no mercado de trabalho.

São organizadas, com apoio e regras das Federações Nacionais e Estaduais, das APAES. Hoje temos também um grande evento de integração que é as olimpíadas das APAES, que realiza competições entre as APAES e realiza socialização dos alunos com APAES de todos os Estados.

4.3 Os jogos na escola

Os jogos possuem regras, requer interação e ensina trabalhar em equipe, para Soler (2003, p.41): “Serve para fazer relacionar uns com os outros: O jogo é um fato de permanente ativação e estruturação das relações humanas”.

Com a visível modernização tecnológica, os pais costumam deixar os filhos constantemente em casa com pouca vivência motora e baixo conhecimento de jogos e brincadeiras lúdicas, nesse contexto a escola passa a ser o ambiente ideal para aprendizagem dos jogos para o mesmo.

Nessa linha de pensamento Soler (2003, p.43):

Enquanto educador, acredito que algumas posições devam ser revistas, e uma delas é que o melhor lugar para se ofertar o jogo é a escola, pois a criança atual não tem mais a rua para brincar, e começa a trabalhar muito cedo, então, acredito que a escola deveria valorizar todo conhecimento sobre jogo, brincadeira e brinquedo que a criança já traz, e a partir daí ir ampliando esse conhecimento, e fazendo com que elas se tornem seres ilimitados.

Os jogos ensinam os alunos a vivenciar situações inusitadas, superar desafios, além de ajudar a interação entre seus participantes. Concordando com a importância do jogo na inclusão de pessoas com deficiência Soler (2003, p.58):

Quando o portador de necessidades especiais percebe que, apesar das suas limitações (cognitivas, sensoriais ou motoras), conseguem alcançar metas /objetivos do jogo, se sente muito fortalecido e aceito por todos, e isso se reflete na escola, em família, com os amigos enfim na sua vida diária.

Na visão de Aguiar(2004, p.19):

Nos dois contextos – o brincar e a instrução escolar-, a criança elabora habilidades e conhecimentos socialmente disponíveis, que passará a internalizar. Durante as brincadeiras, todos os aspectos da vida da criança tornam-se temas de jogos; sendo assim, na escola, tanto o conteúdo a ser ensinado como o papel do adulto especialmente treinado para ensinar deve ser cuidadosamente planejados para atender às reais necessidades da criança.

Nesse pensamento observamos o importante papel do jogo na modelação da personalidade da pessoa, ele pode ser fator determinante em se ensinar práticas boas aos alunos, como comportamento, respeito as regras e aos colegas.

Além dos dados citados acima, os jogos também são importantes para iniciação de qualquer modalidade esportiva, utilizando o em formas de educativos vivenciando alguns aspectos chaves do jogo, assim facilita a adaptação do aluno no momento da atividade chave

4.3.2 Jogos competitivos nas escolas

Os jogos competitivos são importantes como todo conteúdo da Educação Física, mais é preciso ser revisto a maneira como o mesmo é aplicado aos alunos, o mesmo é utilizado em sua grande com muita ênfase na competição no vencer, e deixa em segundo plano o seu principal objetivo que é deixar o aluno ter uma atividade prazerosa.

O jogo competitivo traz a criança ao meio escolar o incentiva a brincar, porém o mesmo é excludente, pois ele requer habilidade com isso há um predomínio dos mais aptos.

Com essa exigência de habilidade é necessário todo um preparo da turma antes do trabalho desse conteúdo, pois se não o jogo fica mais importante que o colega concordando com o pensamento de Soler(2003, p.25): “A competição em suas formas extremas nos torna a todos perdedores.”

Soler (2003,p.46 e 47): “Até quando teremos que conviver com uma sociedade que teima em valorizar só o que a mídia impõe, na qual pessoas são consideradas de segunda categoria, e por isso mesmo menos capaz?”.

Essa crítica do autor acima citado se vem pelo fato, de muitos professores, pais e colegas. Incentivarem os alunos a querem virar atletas a todo custo, deixando para os jogos competitivos a competição para se conseguir ser um grande atleta, mais toda essa empolgação se vem impulsionado por nossos meios de comunicação.

Todo conteúdo trabalhado na Educação Física é importante, mais deve se ter o devido cuidado antes de ser aplicado a fim de evitar a exclusão dos alunos, e fazer que a atividade seja acessível a todos. Nessa linha de pensamento, ampara-se na afirmação de Soler (2003, p.45):

As aulas de Educação Física até hoje reforçaram muito a competição, o vencer a qualquer custo, mas acredito que esse modelo já esteja esgotado, e existe a necessidade de se criar um novo modelo mais justo e que contemple todas as pessoas. Não acredito que excluindo e segregando podemos melhorar alguma coisa.

Na maior parte das críticas realizadas por Soler (2003) aos jogos competitivos são validos, mais vale ressaltar que os mesmos são mostrados em sua forma extrema, o profissional de Educação Física temos de enxergar que o mesmo tem também grande papel na formação do aluno, podendo não ser uma boa alternativa aboli-lo da grade curricular do aluno.

4.3.3 Jogos cooperativos na escola

Ao contrário dos jogos competitivos os jogos cooperativos têm como um dos principais objetivos a inclusão. Tal afirmação encontra-se respaldada por Kawashima(2009, p.267):

Jogos cooperativos: O que é cooperação: conceitos e conhecimentos dos alunos; Importância da cooperação (textos); Jogos cooperativos: vivência de jogos propostos pelo professor e escolhidos pelos alunos; recreação semi-cooperativa; cooperação, socialização, respeito, coletividade, confiança no outro e relação interpessoal.” Nesse contexto percebemos que os jogos cooperativos é uma importante ferramenta na inclusão das pessoas nas aulas de Educação Física e influenciando na sociedade.

Por possuir um caráter de socialização, trabalho em equipe, os jogos cooperativos incentivam o aluno a incluir o outro, pois necessita do outro para realizar objetivo gerando oportunidade de conhecimento do outro através dos jogos.

Os jogos cooperativos são jogos que podem ser moldados pelo educador, eles obrigatoriamente devem ter a participação do grupo.

Segundo Nascimento, Scarpim, Silveira(2010, p.52):

A inclusão escolar constitui uma temática atual na área da Educação que consiste em um desafio significativo para todos os profissionais atuantes na área. Para que essa inclusão realmente aconteça, é preciso proporcionar condições ao aluno com necessidades educativas especiais de participar das atividades oferecidas pelas classes regulares.

Como uma alternativa de fluir os jogos cooperativos junto com a inclusão, é bom se pensar também em utilizá-lo na interdisciplinaridade, como realizar contas para descobrir seu objetivo, juntar palavras para formar frases, acaba também sendo um método de auxílio do aprendizado de outras disciplinas.

O ciclo dos jogos cooperativos é dividido em 3 ciclos de aprendizagem vivência, reflexão e transformação segundo Soler (2003, p.26):

Vivência: Incentivando e valorizando a inclusão de todos, respeitando as diferentes possibilidades de participação.

Reflexão: Criando um clima de cumplicidade entre os praticantes, incentivando-os a refletirem sobre as possibilidades de modificar o jogo, na perspectiva de melhorar a participação, o prazer e a aprendizagem de todos.

Soler (2003, p.27):

Transformação: Ajudando a sustentar a disposição para dialogar, decidir em consenso, experimentar as mudanças propostas e integrar, no jogo, as transformações desejadas” Nesse contexto é importante também trabalhar os jogos cooperativos nas aulas de Educação Física.

Notamos que em seu contexto geral, e nas citações dos autores descritos neste capítulo, que o jogo cooperativo, torna-se possível trabalhar a socialização em sala de aula, fazendo com que os alunos tenham maior facilidade de se relacionar com os colegas, pois o jogo proporciona isso, sendo um grande impulsionador da inclusão do ambiente escolar.

Apoiando os jogos cooperativos como impulsionador da capacidade cognitiva do aluno Soler (2003, p.56): "O portador de necessidades especiais se beneficia muito com essa forma de jogo, pois quando brinca, e é aceito, a tendência é que aconteça uma melhora na sua capacidade de aprendizagem, e sendo estimulado a continua jogando/aprendendo".

Esse estilo proporciona uma possível melhora na interação dos alunos deficientes, o jogo cooperativo tem como principal característica participação de todos, para o jogo acontecer necessita que essa participe, assim sendo a mesma começa ser mais aceita no grupo já que irá somar e ajudará a concluir o objetivo. Por si só pode favorecer a convivência no ambiente externo como familiar, o aluno terá como tendência uma possível não exclusão algo que é notável em algumas pessoas com deficiência concordando com Soler(2003, p.58):

Quando o portador de necessidades especiais percebe que, apesar das suas limitações (cognitivas, sensoriais ou motoras), conseguem alcançar metas /objetivos do jogo, se sente muito fortalecido e aceito por todos, e isso se reflete na escola, em família, com os amigos enfim na sua vida diária.

O jogo cooperativo em si melhora a confiança da pessoa com deficiência em si própria, estimulam os outros a aceitarem essas pessoas com maior facilidade, além de trabalhar o aspecto cognitivo e motor dos mesmos.

4.4 Professores de educação física e as pessoas com deficiência

A inclusão em sua totalidade, não depende somente do professor de Educação Física, ele é apenas um dos tijolos da construção chamada inclusão.

Conforme descreve Pereira e Moreira (2008, p.71):

O princípio da inclusão pode ser entendido sobre duas abordagens, que se completam, mas que acabam sendo originados na mesma questão: o direito de prática de todos à prática das atividades físicas sem discriminação – igualdade de oportunidades, respeito às diferenças.

Em uma delas a inclusão pode ser compreendida pelo acesso irrestrito dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais às aulas de Educação Física, no mesmo espaço, na mesma dinâmica que os alunos ditos regulares, "normais".

Continuando o raciocínio do autor em tela percebe-se que:

A outra abordagem compreende o princípio de inclusão como participação indiferenciada de todos os alunos, independentemente de suas prévias capacidades físicas, sociais ou intelectuais, raça ou gênero. Aqui se pode falar de alunos sem limitações neurológicas, sensitivas ou físicas, congênitas ou adquiridas. Sua

diferença pode estar na sua capacidade em lidar com conteúdos da Educação Física, ou por não estar socializado com este universo, ou por não ser devidamente estimulado, ou, ainda, por não gostar mesmo da disciplina, e ele tem todo o direito de não gostar.

Nesse pensamento a Educação física deve servi também no processo de socialização, concordando com o autor acima utilizaremos os jogos cooperativos como propulsor da inclusão, porem ele será sugerido aulas afim de incluir também os jogos cooperativos em trabalhos e ordens cronológicas afim de incluir os alunos nas atividades, não em torná-lo conteúdo exclusivo da atividade, pois deixá-lo como única opção da grade curricular seria excluir os alunos dos outros conteúdos da Educação Física escolar.

A inclusão na Educação física é apenas um tijolo que deve ser inserido e temos um papel fundamental de inseri-lo da melhor maneira possível. Isso pode ser possível, trabalhando a Educação Física em sua totalidade, sempre com ênfase na inclusão de todos.

Os alunos ditos “normais” poderão aprender conceitos importantes nas aulas futuras como respeitar o ritmo de aprendizado das pessoas com deficiência as mesmas as vezes possui uma desvantagem motora em relação as outros, conforme citado por Soler(2003, p.57): “Respeitar o ritmo. Geralmente portadores de necessidades especiais são mais vagarosos naquilo que fazem, como falar, andar, pegar as coisas, entender uma ordem etc.”.

Os jogos cooperativos tem papel importante na inclusão das pessoas com deficiência na escola, mais não é certo privar o aluno de aprender esse tema e ficar sem conhecer os outros, concordando com Soler (2003, p.55):” .Apesar de haver algumas limitações, nada impede que eles joguem, dancem, enfim, que sejam felizes”.

Novamente a contribuição de Soler (2003, p.55): parece corroborar a adoção dessa intervenção nas práticas de Educação Física:

Os jogos cooperativos têm como característica integrar todos, e ninguém se sente discriminado. Então na minha experiência trabalhando com portadores de necessidades especiais, não existe jogo melhor para integrá-lo, e mostrar para as outras pessoas como são eficientes, e quando é dada a oportunidade eles mostram que, se o ambiente permitir não precisa haver exclusão.

O professor de Educação Física no primeiro momento pode utilizar os jogos cooperativos, transmitir aos alunos a importância da inclusão e participação de todos. Trabalhar os outros conteúdos sempre lembrando que a atividade é a fim de apreender ter conhecimento fazer amizade e trabalhar com o outro não contra o outro.

O professor de Educação Física pode até não conseguir incluir o aluno na sociedade, pois não depende só dele é uma área multiprofissional para realizar um trabalho eficiente,

depende de pedagogo, psicólogo, médicos, terapeutas ocupacionais e principalmente da família, mais ele estará tranquilo no seu ambiente fez o seu melhor e o tijolo da construção da inclusão da pessoa escrita educação física está bem colocado.

É hora de mudar esse contexto de exclusão que costumamos observar na Educação Física Escolar, não estamos para formar atletas temos que trabalhar nossos conteúdos com todos inclusive os que por algum motivo possuam alguma deficiência e realizar atividades e incluí-lo nelas.

4.5 Possíveis dificuldades no ambiente familiar de pessoas com deficiência

Na família podemos notar um comportamento que dificulta a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade como; negação do filho não aceitar a deficiência do mesmo, e nos casos mais extremos até torcer pelo falecimento do mesmo, sendo visto como um peso pela família. Alguns pais possuem vergonha pela debilidade do mesmo, acaba o escondendo da sociedade podendo dificultar uma vida social sadia. A criança não tem nenhuma culpa de nascer com determinada deficiência, sem o apoio dos familiares ela deixa de ser uma dificuldade da criança passa a ser um desafio concordando com o pensamento de Sá e Rabinovich(2006, p.73):

Cada filho ao nascer traz consigo o que fundamentou o encontro de seus pais e da história familiar de cada um deles. Ao nascer uma criança com deficiência, o real vai de encontro aos sonhos e os pais encontram-se diante de uma nova realidade, uma situação traumática, desestabilizante, um desafio.

O excesso de proteção também pode agir de forma negativa na formação deles, essa atitude pode atrapalhar o brincar, diminuindo as oportunidades da criança de se socializar com as outras como exemplo vemos essa análise realizada por Cruz, Santos e Souza(2012, p.29):

Isso leva a refletir sobre a angústia que os pais sentem com o nascimento da criança débil mental. Normalmente, eles apresentam muitos sentimentos e diferentes tipos de reações conflitantes pois todas as suas expectativas e realizações no filho esperado ficam fracassadas. As reações mais comuns dos pais, são de espanto, amargura, negação, depressão, descrença e desespero. Chegam até mesmo a ter impulsos de querer destruir a criança. Essas reações negativas desde o desejo consciente que se declarou que a criança morra, ou de que jamais houvesse nascido, até a hostilidade e rejeição recalcadas, não admitidas, veladas e simbólicas.

Lógico que percebemos bons exemplos de pais que tratam com amor e carinho os seus filhos independentes da situação que o mesmo se encontra, deixando um ambiente propício a

melhora do aspecto social do seu filho. Como exemplo de papel da família Sá e Rabinovich (2006,p. 70):

A família a qual pertence a criança com deficiência exerce importante papel contrapondo-se à sua marginalização. Tem a importante função de proporcionar a esta criança tornar se sujeito desejante, uma pessoa que possa transformar seus impulsos em desejos, buscando realizá-los - dentro do quadro de sua diferença e por meio dela.

Na relação familiar em sua grande maioria os pais acabam tratando o filho com deficiência de maneira diferente em relação aos seus irmãos ditos “normais”.

Alguns pais se sentem culpados pela deficiência do filho, fazendo com que não somente o filho tenha a deficiência, como os pais acabam a levando consigo e adoecendo com ela, tendo depressão, ansiedade, descontrole emocional entre outros. Nessa linha de pensamento Sá e Rabinovich(2006,p.72): “Passam por um período de luto devido à projeção dos pais nos filhos: sentem-se envergonhados, sofrem um golpe na sua auto-estima, acompanhado geralmente de um sentimento de culpa.”

Nesse momento difícil é normal ter o comportamento psicológico alterado nos pais, mais eles não estão sozinhos, conforme relacionado no capítulo 4.2.2, eles não estão sozinhos temos instituições que oferecem todo apoio a família. Um dos caminhos a percorrer na fase da aceitação da família segundo Sá e Rabinovich(2006,p.73):

Acolher e apoiar a família, oferecer orientações claras, mostrar alternativas e possibilidades para otimizar o desenvolvimento da criança são possibilidades de abertura e suavização de um caminho, certamente difícil, que pais e criança devem percorrer.

A família deve encarar as dificuldades criadas pelo preconceito existentes nos mais variados locais, tratar bem o seu filho pois eles são a base, e a criação da criança definirá o caminho que o a pessoa terá no processo inclusivo. Concordando com Sá e Rabinovich(2006,p.73):

A criação, o passado e a filosofia de cada um dos membros da família encaminham como vai ser interpretada a deficiência e, quanto mais a percepção da doença em uma família tiver caráter negativo, mais complexas serão as relações interpessoais junto à criança portadora de deficiência física.

Apesar de todas dificuldades enfrentadas pela família, a mesma pode procurar ajuda e auxílio nas APAES , certamente eles irão ajudá-los. Com psicólogos, Terapeuta ainda poderá auxiliar em problemas jurídicos como guarda da criança separação dos pais, às vezes é preciso os pais deixar o orgulho de lado e procurarem uma instituição que pode realmente ajudar, a maior mudança que poderemos realizar é a mudança em nos mesmos.

O ideal seria existe uma relação direta da escola com os pais, para poder prepará-los direcionando para o caminho correto, deixar seus filhos interagirem com o público externo, favorecendo o mesmo contato com outras pessoas.

Infelizmente grandes partes das escolas públicas não possuem preparo para lidar com essa situação, não tem professores de libras no corpo docente, nem políticas de inclusão, mais o básico deveria ter uma relação próxima com a família a orientado marcando reuniões, com isso poder melhorar o convívio familiar da criança com deficiência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da Educação Física, historicamente ela vem excluindo os alunos com deficiência e há uma grande evolução das leis que tratam sobre o assunto, mais ainda não observamos um acompanhamento da prática da Educação Física com as leis, notamos que a prática em sua grande parte esta atrasada em relação as leis, excetuando o trabalho realizado pelas APAE, nesse contexto observamos uma melhora considerável em relação ao início da Educação Física institucionalizada no Brasil, trazendo um pouco de esperança em se ter uma sociedade melhor.

O tema abordado no trabalho procurou evidenciar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência. O jogo cooperativo foi escolhido como um propulsor da inclusão pelo fato do mesmo ter um pensamento diferenciado da outra temática como a participação de todos, e você jogar com o outro não contra o outro.

Servindo como exemplo para trabalhar os outros conteúdos afim de tornar a competição algo irrelevante no ambiente escolar, e os conteúdos poderem ser aplicados sem que exclua as pessoas com dificuldades motoras ou intelectuais, como as pessoas com deficiência.

Há uma quantidade muito pequena de pesquisas nessa área, seria uma boa alternativa mais pesquisadores nessa área. Nossas políticas não valorizam essa área, pois os mesmos só querem abranger recursos aonde trará votos, infelizmente nossa sociedade é muito egoísta, querendo somente bens materiais, ou algo que o beneficiara, mesmo possuindo uma lei própria não percebemos divulgações da Lei nem incentivo em nos adequarmos a ela.

Vivemos em sociedade e nossa sociedade inclui a todos inclusive a minorias, com essas pessoas ficando em segundo plano. Eles sofrem até mesmo em casa com parentes os isolando, excluindo de festas familiares, nesse contexto a Educação Física é um importante agente para inclusão dessas pessoas, os alunos conviveram na prática de atividades com o mesmo conversaram entre si durante as aulas.

Encontra-se nos Jogos Cooperativos importante meio de interação, o mesmo não exclui as outras atividades da Educação Física para os alunos, porem o mesmo visa trabalho em equipe, necessidade do outro para executar as tarefas. Nesse meio os jogos cooperativos é uma importante ferramenta nesse processo, propiciará ao aluno conhecimento das dificuldades do outro, aprenderá a conhecer o próximo antes de julgá-lo pela aparência.

Para chegar ao objetivo final não será de imediato, terá que trabalhar com os alunos, vivenciar situações de dificuldades das pessoas. Ensinar aos alunos que pode e devem cobrar dos seus representantes políticos, políticas de inclusão.

Já conseguimos algumas melhoras como benefício fiscal para empresa que contrata pessoas com deficiência, *shoppings Centers* possui banheiro adaptado e identificado, bancos possuem códigos em braile e entrada para fones de ouvidos nos caixas eletrônicos. Mais isso é muito pouco, necessitamos de maiores intervenções técnicas, pois são poucas empresas que auxiliam essas pessoas, começando pela área educacional podemos influenciar nossos futuros

Adultos e líderes, a terem uma postura diferente, e propiciar que essas pessoas vivam em iguais condições sociais.

Além da cobrança externas, precisamos mudar nosso comportamento, aprendendo a lidar com as diferenças e tendo uma melhor postura nas aulas em que tivemos ministrando, pois a maior mudança que podemos realizar é em nos mesmo. Depois que realizamos a mudança em nossa personalidade, aí poderemos estimular com propriedade a mudança maior.

Fica como sugestão de continuação do trabalho, um acompanhamento das APAES, no seu funcionamento geral, funcionamento político das mesmas, como as áreas se comunicam e como é realizado o trabalho de inclusão dos alunos da escola para a sociedade, nesse trabalho tem um breve comentário sobre as APAES se olhar a fundo conseguirá perceber que terá algo muito maior do que se espera.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AGUIAR, J. S. de. **Educação inclusiva: jogos para o ensino de conceitos**. São Paulo: Papirus, 2004. 99 p.

ALMEIDA, Z. de; FREIRE, E. S. Jogos cooperativos nas aulas de educação física: o envolvimento dos alunos. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 109-123, 2014.

ANTUNES, A. R.; RAIMUNDA A. G.. A educação física no contexto escolar: trajetória e proposições pedagógicas. **Teoria e Prática da Educação**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 123-130, 2011.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS. **APAE** Brasil. Disponível em <<https://apaebrasil.org.br/page/2>>. Acesso em: 30/06/2017 as 21:20.

AWAD, H. **Educação física escolar: Múltiplos caminhos**. 1.ed. – Jundiaí, SP: Fontura, 2010. 224 p.

BALBINOTTI, M. A. A., *et al.* Motivação à prática regular de atividades físicas e esportivas: um estudo comparativo entre estudantes com sobrepeso, obesos e eutróficos. **Motriz revista educação física**, Rio Claro, v. 17, n.3, p. 384-394, 2011.

BRASIL. Lei N° 13146, de 6 de julho de 2015. **Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, Brasília, DF, jul 2015.

BORGES, C. N. F.; MUNIZ, I. B. Competição e cooperação: na procura do equilíbrio. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Florianópolis, v.35. n.1, 129-143, 2013.

CAIADO, A. P. S.; ROSSETI, C. B. Jogos de regras e relações cooperativas na escola: uma análise psicogenética. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v 13, n.1, 87-95, 2009.

CAMARGO, R. L; SULEIMAN A. R.. A dimensão ética do jogo na escola. **Revista de Ciências Humanas**, Campinas, v. 6, n.2, p. 197-208, 2006.

CHICON, J.F. Inclusão e exclusão no contexto da educação física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n.1, p. 13-38, 2008.

CRUZ, M. L. C.; SANTOS, E. A. dos; SOUZA, D. A. de,. **Crianças com necessidades especiais: importância da intervenção essencial pra o desenvolvimento emocional e afetivo**. Curitiba: Juruá, 2012. 114 p.

DAL SASSO, M. K. *et al.* Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

FERREIRA, E. L. **Esportes e atividades físicas inclusivas**. Niterói: Inter texto, 2009. 254 p.

FAUSTO, R. F. de C., *et al.* Educação física escolar e as ações inclusivas: um olhar sobre os motivos para a não participação dos alunos nas aulas de educação física escolar. **Revista Movimento e Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, v.10, n.14, 240-255, 2009.

KAWASHIMA, L. B. Conteúdos de educação física: percepções dos professores da rede municipal de cuiabá-mt. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 32, v.33, p. 258-279, 2010.

LIMA, S. F. B. de, *et al.* Recomendações psicopedagógicas para o trabalho da equipe educacional com escolares com síndrome de williams. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, n. 29 v. 88, p 74-76, 2012.

NASCIMENTO, G. S.; SCAPIM, K. C. de M.; SILVEIRA, C. A. B. Inclusão escolar e jogos cooperativos: uma possibilidade de atuação do psicólogo escolar no processo de socialização e integração. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, n. 11, v. 2, p. 51-63, 2010.

SA, S. M. P; RABINOVICH, E. P. Compreendendo a família da criança com deficiência física. **Revista brasileira de. Crescimento e Desenvolvimento Humano.**, São Paulo , v. 16, n. 1, p.68-84 , 2006.

SANTOS, M. P. dos; PAULINO, M. M. **Inclusão em educação: cultturas, políticas e práticas.** São Paulo: Cortez, 2008 168 p.

SELBACH, S. **Educação Física e Didática.** (Supervisão Geral). – Petrópolis, RJ: Vozes 2010. 159 p.

SOARES, M. Y. Educação, educação física e esporte: uma abordagem multidisciplinar João Pessoa: **Ideia**, 2009.: 31-38.

SOLER, R. **Jogos Cooperativos.** Rio de Janeiro: 2ª edição: Sprint, 2003 130 p.

ANEXOS

Anexo A - Percentual por deficiência

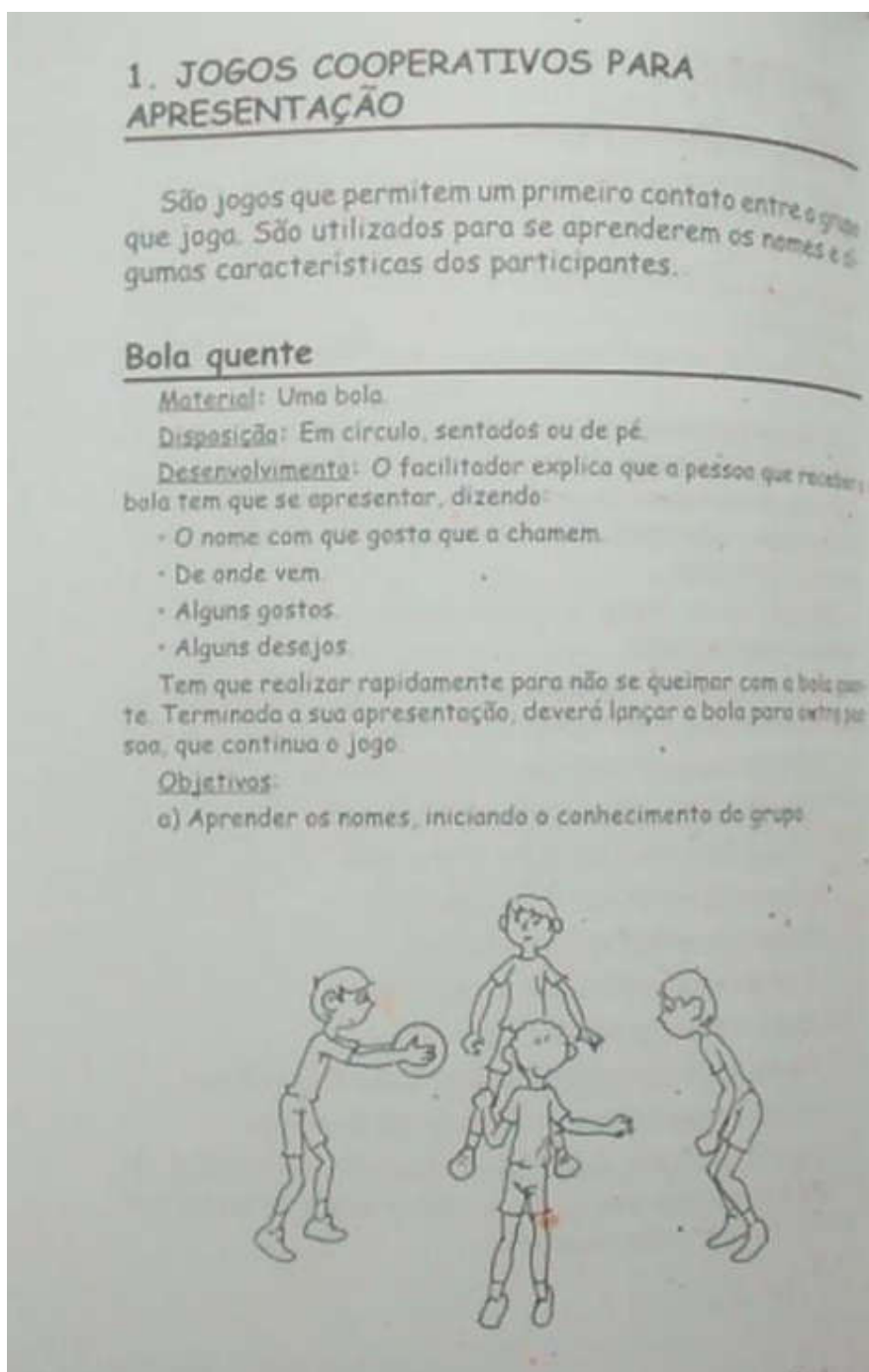
Figura 1 – Tabela de Distribuição percentual por deficiência no país e regiões.

Tipo de deficiência	Tipo de deficiência e distribuição percentual dos casos de deficiência (%)					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Deficiência Mental	8,3	6,6	7,4	9,4	8,0	8,4
Deficiência Física	4,1	3,6	3,5	4,6	4,5	4,4
Deficiência Motora	22,9	19,8	22,6	23,9	23,7	20,2
Deficiência Visual	48,1	55,2	49,9	45,6	45,0	50,7
Deficiência Auditiva	16,7	14,8	16,7	16,4	18,7	16,7

Fonte: SÁ;RABINOVICH, 2006.

Anexo B – Exemplos de Jogos Cooperativos

Figura 2 – Jogo cooperativo de apresentação



Fonte: SOLER, 2003.

Figura 3 – Jogos cooperativos para aproximação.

2. JOGOS COOPERATIVOS PARA APROXIMAÇÃO

São aqueles destinados a permitir uma aproximação do grupo. Permitem um conhecimento mais profundo dos participantes.

Pipoca melada

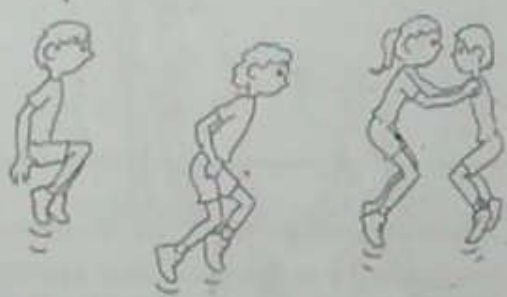
Material: Nenhum.

Disposição: Todos à vontade, pelo espaço destinado para o jogo.

Desenvolvimento: O jogo começa com o facilitador pedindo para as crianças pularem, como se fossem pipocas. Quando duas pipocas entram em contato uma com a outra, elas devem ficar juntas. Uma vez grudadas, as crianças devem continuar a procurar outras pipocas, até que todas formem uma grande bola de pipocas.

Objetivos:

- a) Estimular a cooperação.
- b) Aprimorar a relação interpessoal.
- c) Permitir uma maior aproximação do grupo.



Máquina humana

Material: Nenhum.

Disposição: Todos de pé, em uma grande roda.

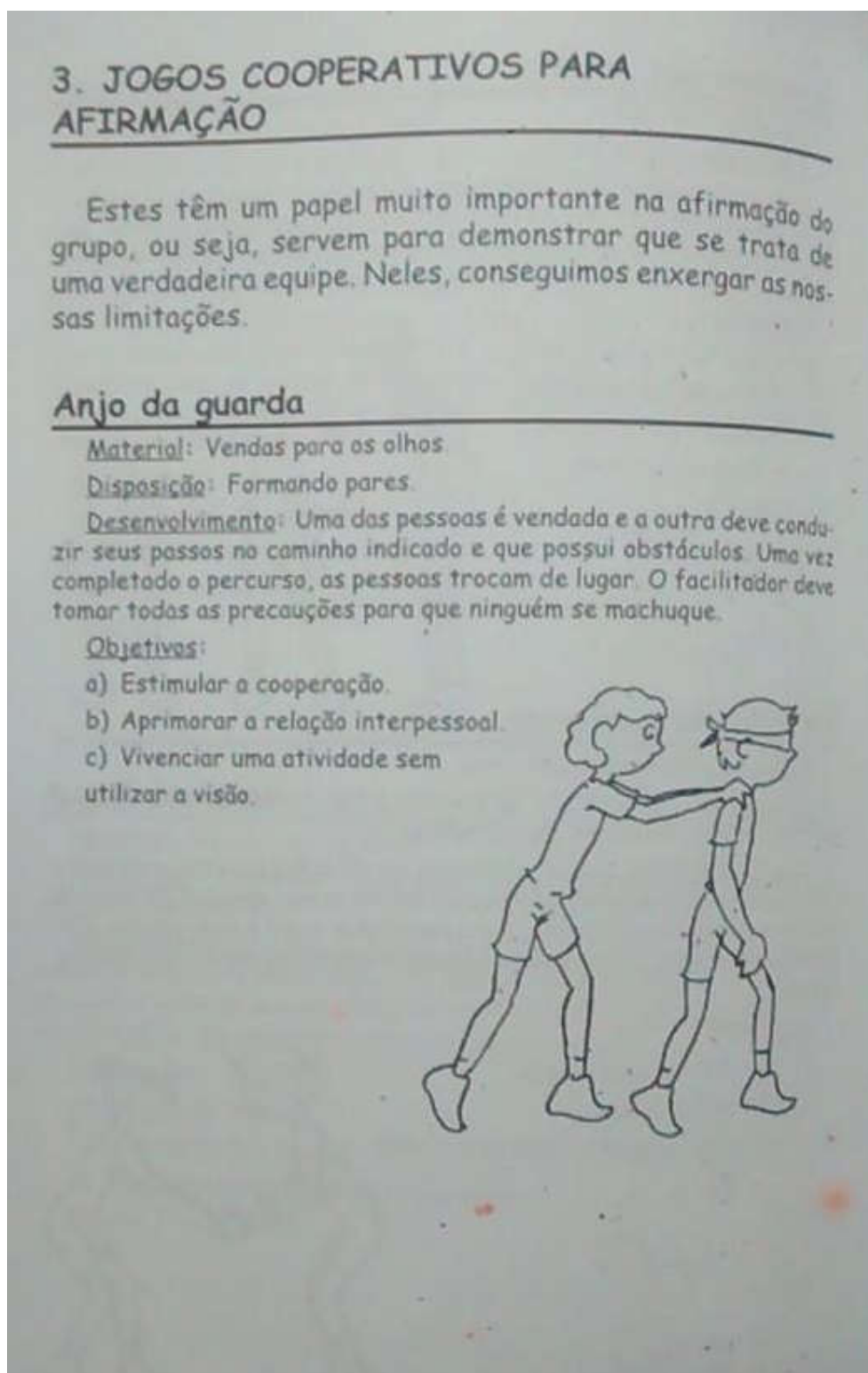
Desenvolvimento: Cada pessoa deverá pensar em um barulho e um movimento. Uma pessoa começa e gradualmente todo mundo se junta até que uma máquina completa tenha sido criada.

Objetivos:

- a) Estimular a cooperação.
- b) Propiciar a relação interpessoal.
- c) Permitir uma maior aproximação do grupo.



Figura 4 – Jogo cooperativo para afirmação.



Fonte: SOLER, 2003.

Figura 5 – Jogo cooperativo para ligação.

4. JOGOS COOPERATIVOS PARA LIGAÇÃO

São jogos que buscam sempre estimular a comunicação entre o grupo que joga. Facilita a comunicação verbal e não-verbal, pois estimula a expressão gestual. E através deles podemos criar novas formas de comunicação.

Representando imagens

Material: Recortes de jornais e revistas.

Disposição: Dividir o grupo em vários subgrupos e entregar a cada um alguns recortes de jornais e revistas.

Desenvolvimento: A missão de cada grupo será representar, a partir das imagens daquelas fotografias. Procurarão imaginar aquela situação "congelada" e dar-lhe vida, sob forma de dramatização.

Numa segunda fase do jogo, o facilitador poderá pedir para os grupos representarem o tempo anterior àquela imagem, num exercício de criatividade, até "congelar" na imagem da fotografia.

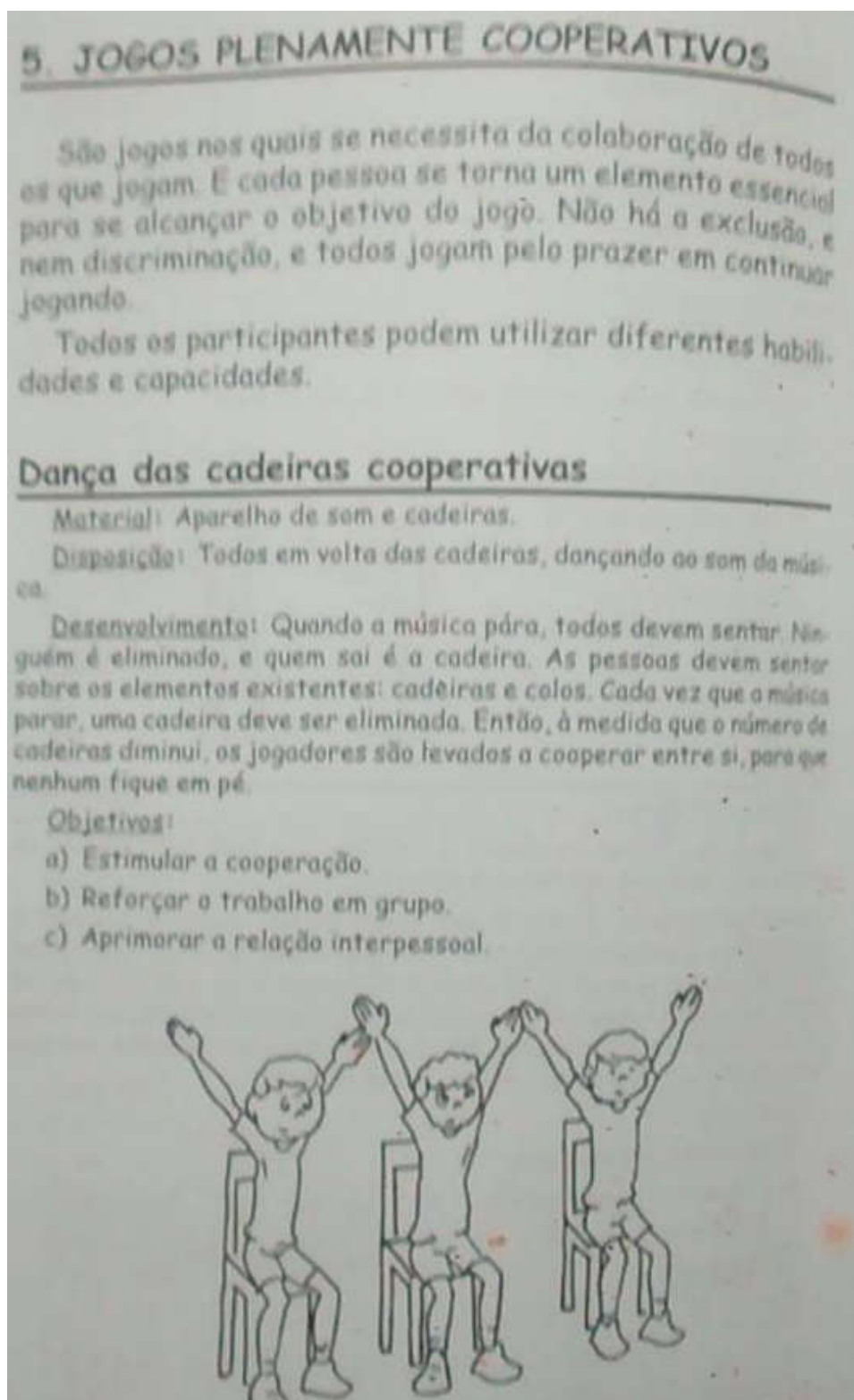
Objetivos:

- a) Estimular a cooperação.
- b) Aprimorar a relação interpessoal.
- c) Desenvolver a imaginação e a criatividade.



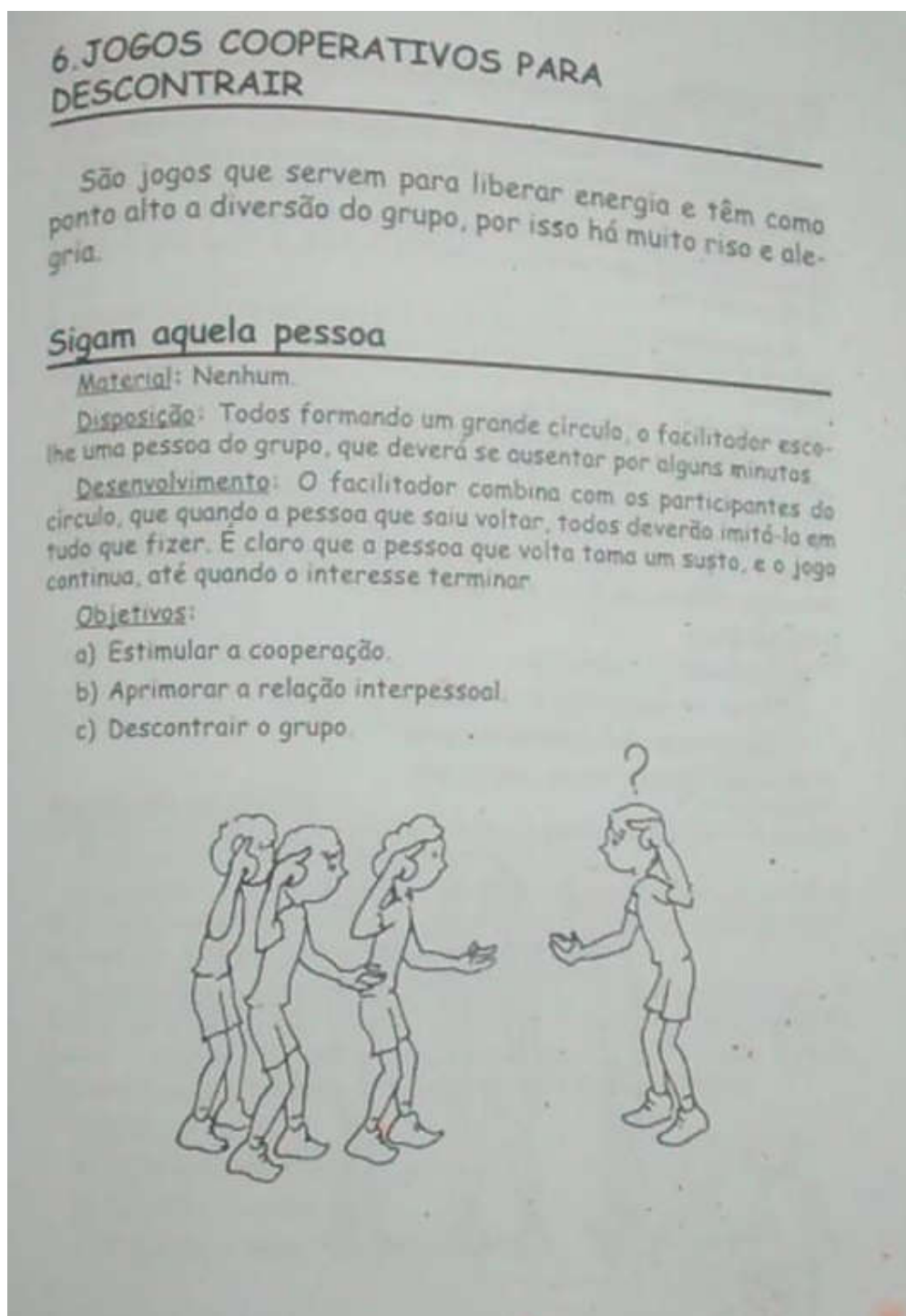
Fonte: SOLER, 2003.

Figura 6 – Jogo cooperativo plenamente cooperativo.



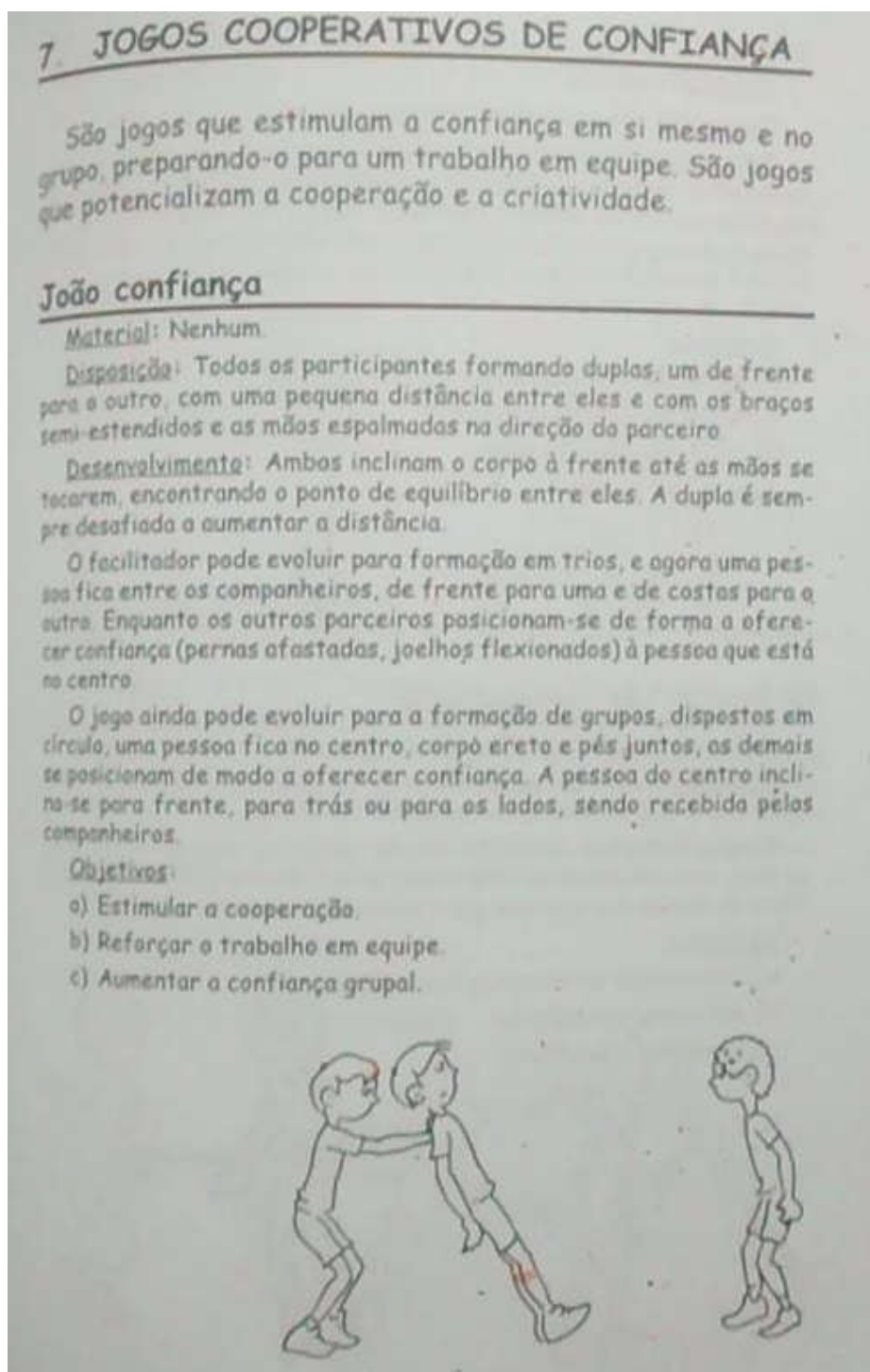
Fonte: SOLER, 2003.

Figura 7– Jogo cooperativo para descontrair.



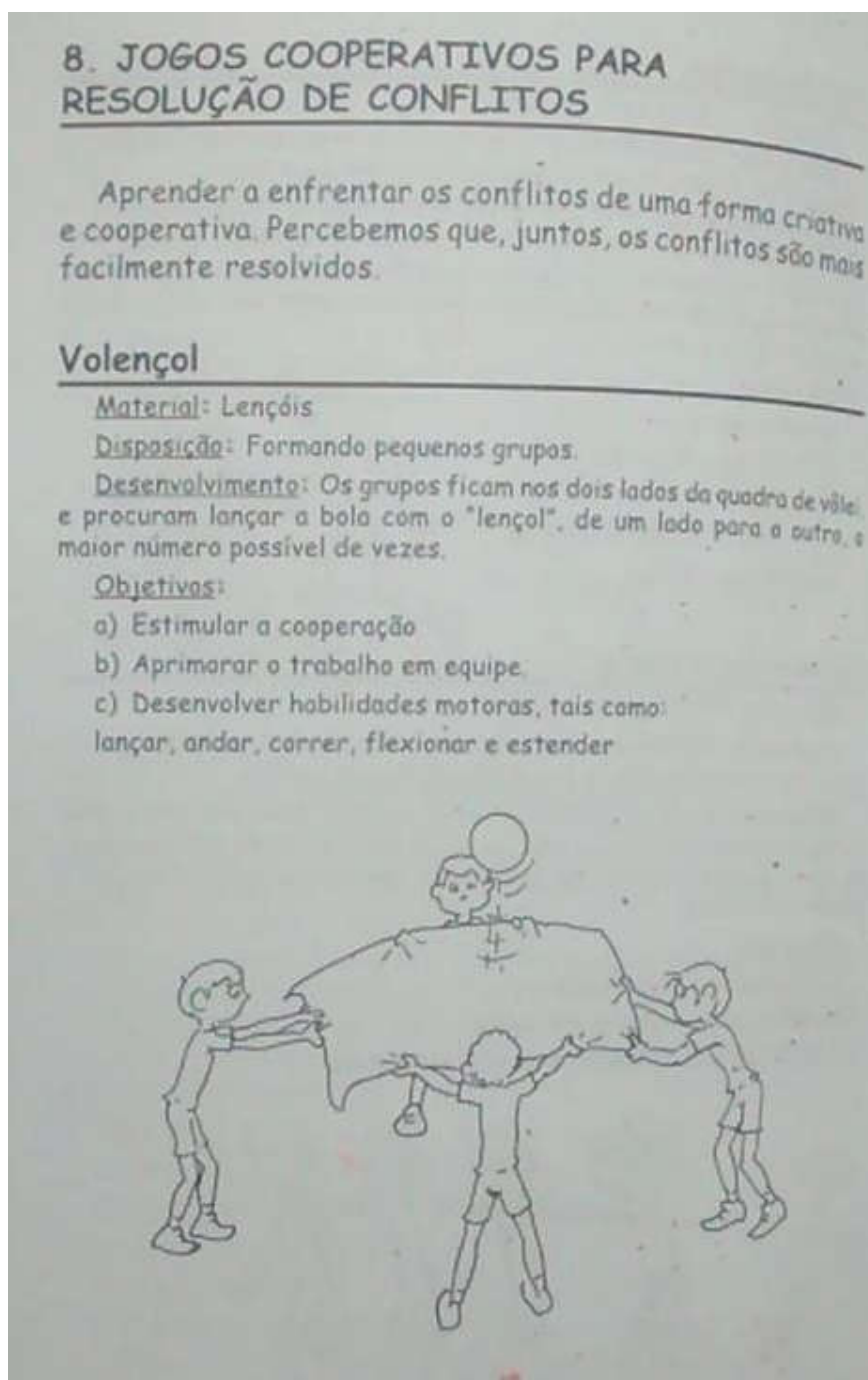
Fonte: SOLER, 2003.

Figura 8 – Jogo cooperativo para confiança



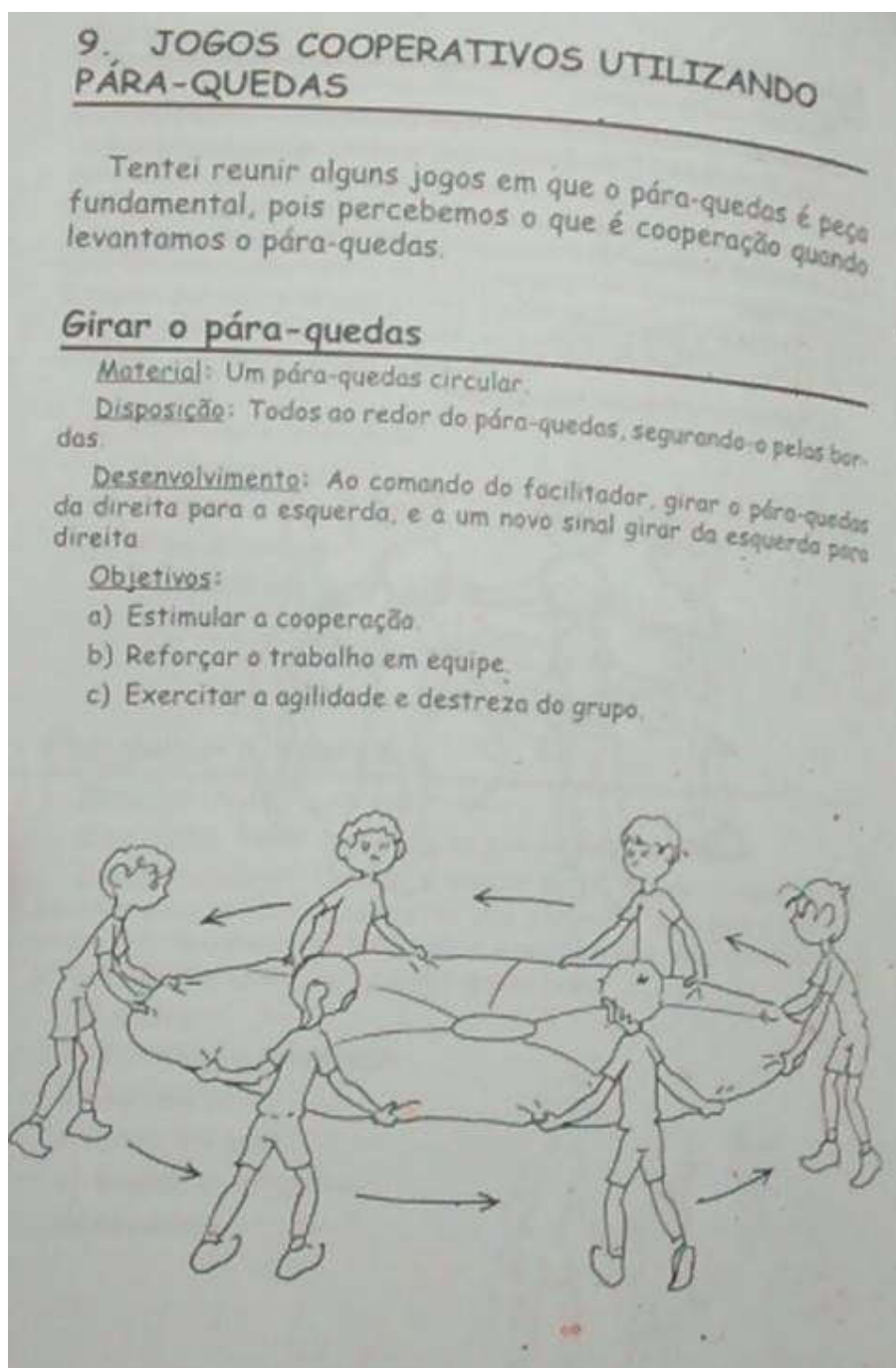
Fonte: SOLER, 2003.

Figura 9 – Jogo cooperativo para resolução de conflitos



Fonte: SOLER, 2003.

Figura 10 – Jogo cooperativo utilizando pára-quedas



Fonte: SOLER, 2003.